

# **A aquisição da memória dos avós: o Rio de Janeiro e suas três cidades implícitas e uma explícita. 1565-1906.**

*José Maurício Saldanha Álvarez*

## Introdução

Em seu livro *As cidades invisíveis*, o escritor italiano Ítalo Calvino (1923-1985) reconstituiu um diálogo hipotético ocorrido entre Marco Polo e Gengis Khan. Viajado e culto, Polo narrou ao soberano as peculiaridades das inúmeras cidades que visitou. Falou da aparência delas, de sua população e de seus costumes. Enquanto informava ao imperador, recordava a si mesmo a cidade ancestral onde nascera, que estava presente em todas que relatava: Veneza. No entanto, jamais falava sobre ela. O Khan, atentando para este detalhe, impacientou-se e exigiu: “– Quando pergunto das outras cidades, quero que você me fale a respeito delas. De Veneza, quando pergunto a respeito de Veneza”.

Marco Polo olhou atentamente a face lisa do Khan, onde sabia que se aninhava a autoridade, agitava-se a impaciência e circulava uma agitada curiosidade de mongol, que era ao mesmo tempo curiosidade agitada de imperador e mortal ameaça de conquistador implacável. Sorriu mais para aquietar-se do que para pacificar o monarca e disse: “– Para distinguir as qualidades das outras cidades, devo partir de uma primeira que permanece implícita. No meu caso, trata-se de Veneza”. (Calvino, 2002, p. 82).

O objeto deste ensaio é a cidade do Rio de Janeiro, desde sua fundação no ano de 1565, até 1906, quando foi inaugurado o segundo segmento da Avenida Central. Analisaremos essas Venezas da memória e do desejo que permaneceram implícitas ao longo do recorte proposto. Iniciaremos com a implantação da cidade no Morro do Castelo em 1567. A seguir veremos sua expansão pela várzea, adotando o reticulado urbano oriundo da racionalidade

clássica. Aparato nascido do eurocentrismo legitimando o que Hardt e Negri definiram como “a necessidade de sujeitar outros povos à dominação europeia” (Hardt e Negri, 2001, p. 94). Nos finais do século, veremos que a parte central da cidade sugeriu uma peculiar semelhança com Lisboa, impressão essa reforçada no terreno das representações por conta das políticas urbanas emanadas do poder. Com a chegada da família real portuguesa em 1808, a cidade tornou-se a capital do Reino Unido a Portugal Brasil e Algarves, levando seus gestores a ampliar o âmbito do projeto civilizatório. Após a Independência em 1822, deu-se a supremacia política e econômica das elites escravocratas agrário-exportadoras (Costa, 1987, p. 7). Elas assumiam um papel subordinado à nova divisão internacional do trabalho. Assumiram o papel de ponta de lança civilizatória da Europa. Finalmente, a derradeira cidade implícita foi a Paris do plano Haussmann, essa feérica Cidade Luz. Ela foi o vetor do projeto modernizador realizado no Rio de Janeiro, a capital federal, após a consolidação da República. Foi quando o país inseriu-se na nova divisão internacional do trabalho num contexto imperialista. A revolução industrial entrava então numa terceira etapa. Esse foi o Rio de Janeiro republicano, dos “bestializados”, do Encilhamento, do bota - abaixo, da modernidade, dos bondes, da Avenida Central, dos hotéis de luxo, dos primeiros cinematógrafos. Dos primeiros veículos com motor a explosão.

Este pequeno ensaio pretende ser, ainda, a apresentação resumida de um trabalho de maior envergadura que estamos desenvolvendo em relação investigando a modernidade no Rio de Janeiro e que esta publicação permite explicitar.

Da utopia precisa e da memória necessária, do sujeito deslocado no espaço, ao pragmatismo do capitalismo mercantil na colônia

A cidade foi um instrumento fundamental na colonização da América portuguesa. No litoral brasílico quinhentista foram construídas duas na entrada de baías, emolduradas por férteis recôncavos. Salvador, fundada em 1549, foi seguida pela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565. Nascida em guerra no apertado morro Cara de Cão, foi descrita por Anchieta como “um pé a tomar posse da terra” (Anchieta, 1988, p. 258). Em seguida à vitória, a cidade foi mudada para o morro do Castelo, descrita por Diogo Moniz Barreto, alcaide -mor em Salvador, como “um outro lugar na terra

firme, que pareceu melhor sítio” (Mem de Sá, 1905, p. 136). Após derrubar uma mata densa, Mem de Sá determinou edificar “uma cidade grande, cerca-da de vinte palmos de altura e outros tantos de largura, toda cercada de mu-ros por cima” (Mem de Sá, 1905, p. 139).

Após 1580 graças à União das coroas ibéricas, desapareceu a fronteira for-mal entre as Américas portuguesa e espanhola. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se, progressivamente, um próspero porto mercantil. Cristãos novos portugueses comerciaram intensamente com o Prata, o Peru, com a Europa e África. Graças ao incremento da ocupação agrícola e das atividades mercan-tis, a população livre e cativa cresceu começando a abandonar a segurança do Morro do Castelo para residir nas áreas planas junto ao mar. O jesuíta Jácome Monteiro, que a visitou em 1608, a descreveu como dividida em duas par-tes, uma localizada no morro do Castelo “por ser lugar muito defensável (...) e em cujo terreiro permaneciam a Sé, a Câmara e o nosso colégio” (Leite, VIII, 1949, p. 640). A outra, situada na base desta elevação, ocupava “uma espaçosa várzea na qual está a maior parte da cidade, por respeito do mar, com quem vizinha”. Ambrósio Fernandes Brandão, mercador cristão novo, descreveu-a como “uma cidade posto que pequena, bem situada, a qual é de presente, de grande comércio, porque vem a ela muitas embarcações do Rio da Prata” (Brandão, 1943, p. 75). Com o enriquecimento, moradias mais sólidas e assobradadas, substituíam as soluções precárias. Desta maneira, a cidade começou a assemelhar-se cada vez mais às cidades portuguesas. Corroborando esse ponto de vista, Frei Agostinho de Santa Maria escreveu nos primórdios do século XVIII, que os moradores do Rio estavam edificando “casas de pedra e cal na marinha, ao modo que hoje vemos na nobre vila de Serúbal” (Santa Maria, 1717, p. 7).

O reticulado urbano aplicado na América originou-se na Roma imperial, que por intermédio dele dominou o mundo mediterrâneo e mais além (Stierlin, 1999, p.187). Com o Renascimento mercantil e urbano, no alvo-recer dos tempos modernos, o classicismo recuperado despontou ao lado da harmonia matemática, da modulação e da perspectiva. As explorações agrí-colas e as grandes propriedades para lucro e vilegiatura dos magnatas italia-nos, exibiam jardins e pomares modernos, isto é, geometrizados. A partir da realização destes modelos em escala reduzida, arquitetos e urbanistas dispuse-ram-se a planejar cidades inteiras. No entanto, nenhuma nascida desse proje-to utópico foi construída no Velho Mundo, pois as existentes só podiam ter

sua configuração alterada à custa de um elevado ônus político e econômico. Foi justamente no Novo Mundo que o planejamento ideal encontrou “um campo fértil para o desenvolvimento desses princípios”, conforme assinalou Maristela de Campos (Campos, 1998, p. 70). Os conquistadores castelhanos após o choque de culturas, eliminaram cidades autóctones inteiras no México, no Yucatan, e no Peru. A seguir fundaram cidades organizadas segundo padrões da modernidade e do seu poder como um registro pronto e acabado. A metrópole castelhana empregando “a mão forte do Estado”, produziu a grande obra urbanística dos tempos modernos: *As Ordenanzas de Descubrimiento nuevo y población*, de 1563, e as *Leyes de Índias*, promulgadas por Felipe II em 1573 (Benévolo, 1987, p. 487). Enquanto nestas áreas o tabuleiro e a ordem precediam a população (Rama, s.d., p. 27-29), na América portuguesa o reticulado urbano que Holanda denominou de “esquema retangular”, foi implantado no Rio de Janeiro de forma gradativa, negociada, flexivelmente (Holanda, 1963, p. 104).

Penso que estes traçados podem ser pensados a partir do conceito de poder simbólico elaborado por Bourdieu, uma vez que as capacidades mágicas permitem obter, através do emprego de um símbolo, “o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário”. Os traçados regulares são capazes de constituir “o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 1989, p. 14).

Não descartamos a possibilidade de ter ocorrido um contributo jesuíta na definição do reticulado em terras cariocas. Os inicianos, como a ponta de lança do projeto moderno, adeptos da *tabula rasa* para os filhos dos homens, acreditavam na superação do passado; notabilizaram-se na implantação do Bairro Alto na Lisboa quinhentista (Augusto-França, 1989, p. 24). No Rio, fazendo *tabula rasa* da natureza original, dominada e transformada em paisagem (Álvarez, 1991, p. 108-9) através de reticulado. Este traçado compunha-se de ruas paralelas ao mar sendo a primeira delas conhecida como a rua *Direita*. Ela equivalia ao *Cardo máximus*, que, no reticulado romano, seguia a direção norte-sul, e significava a imposição da ordem no mundo, enquanto as perpendiculares formaram o tabuleiro, riscando os percursos leste-oeste. Equivalente do *Decumanos máximus* romano, fazia o percurso do sol (Norberg-Schulz, 1977, p. 84). Nessa definição do traçado citadino, desta-

car-se-ão alguns vazios empregados como pastos municipais ou rocios. Estes no século XVIII serão regularizados e retificados, e, transformados a seguir em praças.

Para a empresa colonial, a cidade implícita originava-se da utopia original da *urbs* clássica. Suas possibilidades ideais podem ser apreciadas na iconografia bem ordenada produzida por artistas e planejadores. Um lugar de sonho de olhos abertos, um teatro de cenário ordenado. Nas primeiras décadas do século XVII, tornou-se uma idéia recorrente na extensa obra de Calderón de Barca e de Shakspeare a concepção de que “o mundo é um palco”, em cujo cenário os indivíduos apresentam-se (Burke, 1992, p. 82). Esse *theatrum mundi* barroco, encontradiço nas cidades européias do século XVII, como Madri, Nápoles, Paris e Lisboa, interpretava os seus participantes a partir da leitura dos “sinais exteriores como a roupa, a maneira de falar, os gestos, a expressão facial, ou a escolha dos móveis que se tinha em casa” (Burke, 1992, p. 83).

A tematização do teatral foi constante na obra do padre e pregador jesuíta Antonio Vieira, para quem: “São Paulo descrevendo este mundo, para nos desafeiçoar de suas vaidades, diz que é como um teatro” (Vieira, 1945, p.79). O teatro conheceu um grande incremento nas derradeiras décadas do século XVI. Muitos teóricos da arquitetura exercitaram seu saber nos cenários teatrais e graças a essa passagem, ocorreu uma simbiose altamente eficaz. Este é o caso das estratégias visuais elaboradas pela arquitetura maneirista de Andrea Palladio (1508-1580) capaz de projetar as ruas longas de forte eixo perspectivo (Wundham e Pape, 1994, *passim*).

Segundo Muniz Sodré, este traçado urbano racionalista trouxe para a Colônia toda uma nova estrutura comportamental padronizando “diferenças sexuais, a confirmação das hierarquias, ou então, de certas formas de controle social, expressas em mecanismo de inclusão-exclusão” (Sodré, 1988, p.33). Para Foucault este traçado embutia estratégias de controle social capazes de impor forte disciplina coletiva e sendo impostos de cima para baixo, “supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar”. Organizada desta maneira, a cidade é submetida a uma estrita vigilância que elimina a privacidade e a intimidade, mostra-se um projeto feito de forma rápida e “artificial” (Foucault, 1977, p.153).

Quanto à rua longa, ela foi um corredor urbano, cuja perspectiva era enquadrada por uma arquitetura clássica e regular, como as tendas militares descritas por Foucault. O papa Sisto V, quando reformou a Roma quinhentista a empregou, privilegiando desta maneira, a agilidade dos percursos na capital de um

império cristão e cujo aparato de poder dramatizava-se através de cerimônias. Os edifícios construídos no alinhamento deste tipo de rua perdiam a individualidade, assumindo seu lugar na perspectiva como um soldado perfilado numa tropa. Vieira, refletindo o formalismo emblemático da cultura barroca, justificou esta postura afirmando que “na arquitetura, tudo se faz por regra”. Normas. A configuração exterior das moradias foi composta por linhas retas tais como as molduras de portas e janelas, sobre verga, cimalthas e cornijas, telhados e respaldos. Normas de ordenação do espaço e do olhar sobre o espaço, cuja presença nas práticas urbanas da Lisboa quinhentista foram assinaladas por Helder e Rui Carita (1998 p 183). Eram modernas, pois na Colônia, os plantadores aplicando técnicas modernas de cultivo habituavam-se à disciplina da produção, dos plantios geometrizados, a tratar seus escravos como gado que compravam e cruzavam. Em Lisboa, viviam gentes modernas, ligadas ao ultramar, tais como mercadores, licenciados, pilotos, militares. Gente habituada ao cálculo, à ordenação, à matemática, à geometria, a instrumentos científicos de mensuração a disciplinar os corpos humanos.

Também o poder exercia um domínio disciplinar dos corpos, das palavras, das ações coletivas. É o que Muchembled denomina de sociedade policiada, cuja ordem teatral urbana parece refletir a vontade divina desejosa de que numa sociedade de ordens, cada qual conheça seu lugar (Muchembled, 1998, p.168). O reticulado urbano contribuía para tornar os homens sociáveis e civilizados. Monsenhor Pizarro, ao discorrer sobre a cidade de Angra dos Reis, constatou que, apesar do clima salubre, era descontínuo seu território urbano. Como os angrenses não lograram implantar um traçado regular, a cidade não atingiu o patamar da cenografia civilizatória adequada. O desenho descontínuo da cidade constituiu o principal “defeito em que se conservava a vila, de não ser formosa pela falta de propriedades nos espaços intermédios, os quais se poderia contar por devolutos”. Pizarro acusa os moradores mais abastados de serem grosseiros e incivilizados, pois

acostumados assim a viver e trajar, não se envergonham os mesmos cidadãos, senadores e outros indivíduos semelhantes havidos por nobres, de aparecer em suas casas com pouco decoro a qualquer pessoa distinta por suas qualidades ou emprego, dado a conhecer que a rusticidade de seus sentimentos se origina da nenhuma cultura com que os pais lavradores ou barqueiros criam os filhos e famílias (Pizarro, II, 1945, p. 80).

O século XVII terminou no Rio de forma auspiciosa, pois, graças ao descobrimento do ouro nas Minas Gerais, a cidade enriqueceu, tornando-se o principal porto escoador do ouro. Porém, os episódios dramáticos de Guerra da Sucessão Espanhola, levaram a metrópole portuguesa a alinhar-se com sua velha aliada, a Grã Bretanha, desgostando a França com que se comprometera antes. A represália francesa virá sob a forma de dois ataques de corsários ao Rio de Janeiro em 1710 e 1711, destinados a castigar Portugal por sua perfídia.

### O século XVIII

No século XVIII, a cidade refletiu a aplicação de alguns princípios do novo modelo implícito que estava associado ao conceito civilizatório, a uma vontade de demonstrar uma determinada superioridade sobre os outros. Este senso de ser melhor do que os outros pode estar na raiz perceptiva que levou o colono e o poder metropolitano a registrar, na cidade do Rio de Janeiro, curiosas semelhanças, às vezes invertidas, entre o estuário do Tejo e a baía da Guanabara; entre a cidade do Rio de Janeiro e Lisboa. Apesar do paradoxo, escreveu Novais, que na colônia, “a inversão é também uma forma de articulação” (Novais, 2001, p.14).

Inversão e articulação parecem estar contidas na correspondência trocada entre a colônia e a metrópole. O governador Vahia Monteiro (1725-1732), apelidado de *O onça*, escreveu querendo explicar a localização do morro do Castelo para um amigo lisboeta recorreu à similitude invertida, afirmando que “a fortaleza de São Sebastião (situada no morro do Castelo) fica eminente sobre esta cidade da mesma sorte que o Castelo nesta Corte (Lisboa) fica sobre o Rocio”. Um bispo do Rio escrevendo em 1726 a um confrade explicou onde morava a partir da memória invertida da cidade de Lisboa: “Suponha V. Lima – escreveu o bispo – que tenho a casa onde está o convento do Carmo, e que a cidade corre pelo Rocio, Mouraria, até as olarias, com a diferença que cá, o mar fica à esquerda” (Pessoa, 1998, p. 71).

Foi, no entanto, a partir da quarta década do século XVIII que o Rio de Janeiro refletiu iniciativas típicas de reformar os costumes coloniais através de mecanismos civilizatórios. Norbert Elias elaborou um conceito de civilização cuja origem e formulação ocorreu no século XVIII, quando uma “uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no momento exato

em que a consciência de civilização” tornava-se “a consciência da superioridade de seu próprio comportamento”. (Elias, 1994, p. 64).

Esse foi o tempo da *Ilustração*, ou das Luzes, movimento europeu cuja ambigüidade mais intensa ocorreu na Península Ibérica. Nas exauridas metrôpoles ibéricas, as luzes progrediram vagarosamente, enfrentando a resistência de uma sociedade hierarquizada, dominada pelo conservadorismo e clericalismo. A Ilustração portuguesa, por exemplo, padeceu de um intenso pragmatismo, distante da maciça difusão do saber humanista ocorrido na França, na Grã-Bretanha, na Itália. A expansão cultural observada associou-se aos espaços da sociabilidade existentes nas grandes cidades européias, como Paris e Londres. Ela ocorreu nas praças, com sua nova e uniforme arquitetura, nas avenidas, nos jardins, nos cafés onde o público ilustrado podia conversar e trocar idéias. Os aperfeiçoamentos dos padrões higiênicos operados junto às elites conduziram a um lento, porém seguro consumo de água potável, assinalando a trajetória ascendente da higiene (Vigarelo, s.d., p.121).

Por outro lado, esta conjuntura portuguesa e brasileira foi dominada pela onipresença do marquês de Pombal (1699-1782). Bastante influenciado pelas idéias ilustradas, tornou-se em 1750 o todo poderoso ministro de D. José I. No Rio de Janeiro, seu principal êmulo foi o governador Gomes Freire de Andrada (1733-1763). Nesta época, o percurso de capitalidade do Rio expandiu-se, incrementando o comércio e albergando uma crescente máquina administrativa e militar. Este questão evidenciou a importância do Brasil para Portugal no contexto da crise do Antigo Regime (Falcon, 1993, p. 258).

O principal agente de Gomes Freire foi o Brigadeiro Alpoim (1700-1765), um engenheiro e artilheiro chegado ao Rio em 1739, portador de conhecimentos técnicos avançados e correntes à sua categoria. Planejou a planta da cidade de Mariana, em Minas Gerais, e o palácio dos governadores, em Vila Rica. Produziu aquedutos, edificações sem conta. Nesse tempo projetou-se no Rio de Janeiro uma praça, inacabada, localizada no Largo de São Francisco, cuja missão era civilizar a cidade, “para que, sendo regulares os edifícios que ali se construíssem, aformoseassem na sua simetria e boa direção a nova Sé”. Após a morte de Gomes Freire em 1763, a coroa transferiu o vice-reinado de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. Refletindo o pensamento ilustrado matizado pelo processo civilizatório, algumas reformas tópicas foram incrementadas pelos vice-reis. A partir do Paço, surgiram Academias,



efêmeras, com a finalidade de incentivar as ciências naturais e a agricultura. Preocupado com problemas de ordem civilizatória e de higiene, determinou Lavradio retirar o depósito de escravos da área da Praça do Carmo e Rua Direita. Escreveu Pizarro que o “vice-rei viu nesta prática mercantil uma presença incômoda” porque “entravam para a cidade e vinham para as ruas públicas e principais dela”. Para Lavradio, os escravos recém-chegados eram uma “qualidade de gente, enquanto não tem mais ensino, são o mesmo que qualquer outro bruto selvagem”. O mercado foi transferido para o Valongo, então, um subúrbio distante.

Algumas das estratégias receberam um grande incremento com o vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza (1779-1790). Em consonância com as práticas urbanísticas ilustradas adotadas na Lisboa pombalina após o terremoto de 1755, implementou no Rio de Janeiro vários equipamentos urbanos (Augusto-França, 1989, p. 51). O primeiro deles foi a Praça do Carmo, convertida numa passagem metafórica entre o território americano e a Europa. O perímetro do Largo do Paço foi tornado quadrangular graças à retificação realizada pelo brigadeiro Jacques Funck, tornando-se um palco de enorme relevo destinado à realização das liturgias do poder. Esta obra ainda se conectava com o conceito de utilidade pública, pois graças a chafarizes, ampliava enormemente o fornecimento de água para a região central da cidade. A praça foi complementada com um cais de pedra, que seguindo as obras do Largo do Comércio em Lisboa (Augusto-França, 1989, p. 46) era pavimentado, com um chafariz e escadas dando para o mar. A praça foi transformada num *sallotto dell'urbe*, formoso portão de entrada na conformidade com o urbanismo das Luzes (Giedion, 1968, p. 147).

Em segundo lugar, edificou o Passeio Público, projeto do genial mulato Mestre Valentim, parque urbano desenhado por aléias, com lagos artificiais e pavilhões. Além de servir para as pessoas passearem e gozarem a paisagem servia “às iluminações, por motivo de festividades régias”. Pizarro o descreve assim: “as ruas que o formoseiam delineadas com figuras diferentes e urbanas por diversas arvores frutíferas do país”, iam em linha reta até os portões. Deste ponto em diante, abriu-se uma nova rua retilínea, a das *Belas Noites*, nome mais tarde trocado pelo *das Marrecas*, “por assim se intitular a fonte, cuja água se solta pelos bicos de cinco marrecas de bronze muito bem trabalhadas” (Pizarro, 1945, I).

## Ressimbolização

Por outro lado, para os ameríndios e africanos, não havia cidade implícita como podia imaginá-la e desejá-la o colono europeu. Para os cativos e excluídos, tratava-se de viver naquela ou não viver. Um colono europeu até podia mudar de cidade assim como cambiava seu posto um funcionário régio transferido para outra colônia. O africano – o negro brasileiro – estava condenado a vivê-la, onde cumpria seu cativo, na vida e após a morte. Deste modo, assim como refaziam por completo suas vidas no cativo urbano, refaziam simbolicamente a cidade onde moravam e um dia morreriam (Karash, 2000, *passim*). Nas cidades onde trabalhavam, os escravos de ganho ocupavam locais específicos, tornando-se pontos de referência para os praticantes tanto livres quanto cativos. Empregavam os mesmos espaços das ruas e praças que os seus senhores para realizar solenidades rituais entre os *reis* negros e seus súditos. Superpunha-se assim, sobre a cidade de traçado regular, um elenco de significados novos que se os não previra (Teixeira Coelho, 1999, p. 338). A reconstrução identitária dos escravos que Muniz Sodré descreveu como a “reconstrução da África perdida”, operada pelos negros baianos com sua reterritorialização étnica e as modalidades de culto aos ancestrais, parece ter sido também uma introdução no sistema. No Rio, ao invés de terreiro ou de palácio como *sistema representativo*, a rua faz as vezes de palácio, onde, durante suas reuniões, os negros reconstituem suas linhagem e hierarquia, produzindo um mundo real, paralelo ao colonial escravista. Esta era a cidade explícita, que aceitava a que lhe era imposta, mas que desejava aperfeiçoá-la, inserir seu contributo, produzindo assim um efeito de mundo. Esse traçado moderno permitia que tradições africanas fossem reatadas. O reverendo Walsh, escrevendo em 1828, relatou que lhe pareceu ser ainda forte o “sentimento patriarcal”, que considera “a tribo como uma família”. Em certos grupos de escravos o sentimento de identidade parece ter sido grande. E esta identidade corporificava-se na figura emblemática do *chefe* o qual “como um pai ainda é muito forte”. Este chefe concentrava forças, em si e em um conjunto identitário de rituais públicos, e funcionava como um sistema paralelo ao do poder colonial. As hierarquias estabelecidas consubstanciavam-se no espaço público, nas ruas e praças da cidade. Para Walsh “os príncipes, por conseguinte, são freqüentemente vistos sentados sobre uma pedra, na rua, rodeados de uma porção de gente, que veio até eles em busca de conselhos” (Walsh, 1985, II, p. 158).

## O Reino Unido e o Rio de Janeiro: civilizada transposição

Por volta de 1790, o Antigo Regime caminhava para uma grave crise. As idéias de contestação e a crítica expandiram-se entre 1770 e 1780, ganhando corpo por todo o Ocidente. O movimento de independência nas colônias britânicas teve seu início em 1776, concluindo-se a guerra vitoriosa em 1783. E depois foi o Haiti e São Domingos. Na França, a revolução de 1789, que abalou os alicerces do Antigo Regime, passou por várias etapas até chegar a 1794, quando ocorreu um golpe de Estado, conhecido como o 18 Brumário. Ascendeu ao poder supremo Napoleão Bonaparte, coroado Imperador dos franceses em 1804. Ergueu-se contra ele a feroz reação aristocrática liderada pela Grã-Bretanha, contra quem o pequeno corso decretou um bloqueio continental. Portugal, neutro e frágil, viu-se comprimido entre a hegemonia continental napoleônica e a supremacia naval britânica. Diante do ultimato francês e das pressões inglesas, o regente D. João transmigrou-se para o Brasil. Transformou o Rio de Janeiro na capital e o centro econômico pendular da economia e da administração colonial. A cidade viveu um grande incremento populacional, cresceu, incorporou periferias. Para dar suporte a estas novas produções de gestão e de poder, empregou-se um núcleo de edificações já existentes e construíram-se novas, como o Erário Régio e a Alfândega.

O projeto civilizatório oriundo das Luzes no Rio de Janeiro ganhou um forte impulso com o desejo do poder régio de apagar traços da colonialidade de forma a tornar a cidade mais européia. Em 1809 as rótulas foram abolidas drasticamente do perímetro urbano. Alegavam as autoridades que, sendo capital da corte, não se podia mais tolerar a permanência de “bisonhos e antigos costumes, que apenas podiam tolerar-se quando era reputada colônia”. Por volta de 26 de abril de 1811, a intendência geral da polícia era responsável pela gestão física e material da cidade. Usurpando poderes da Câmara, tinha a seu cargo as ruas e seu calçamento, assim como a segurança pública. Determinou que se fizessem novas ruas, mais largas e regulares, reservando espaço para algumas praças. Modernizou-se o teatro, até aqui atividade esporádica, e dominado pelo tema religioso, tendo sido inaugurado, em 1813, o Real Teatro de São João, na Praça Tiradentes, surgindo outros menores, de caráter privado (Silva, 1978, p. 66).

### A terceira ponte: Paris no Rio de Janeiro

A dupla revolução que eclodiu nos finais do século XVIII, produziu uma grande modificação nos campos da técnica, da cultura e da sociabilidade. Alterou a face do mundo (Hobsbawm, 1979, p. 37). Acelerou drasticamente a modernidade, sua difusão e disseminou a idéia de progresso. A partir da metade do século XIX, incorporando novos sucessos da técnica, foi elaborada a cidade moderna operativa. Fez funcionar com relativa harmonia mínima a complexa passagem entre os novos equipamentos industriais e o antigo tecido urbano. O ano de 1848 constituiu na França o ponto de arranque para a ascensão definitiva da burguesia, cujo liberalismo cedeu lugar ao pragmático pós-liberalismo e seu corolário: o novo conservadorismo, com líderes ousados e duros, como Bismarck na Alemanha, Disraeli, na Grã-Bretanha. Na França pós 1848, foi eleito o bonapartista Napoleão III. Estes regimes autoritários abandonaram pruridos liberais e voltaram a intervir fortemente no campo econômico e social. Produziram novas regulamentações que se por um lado intensificam o progresso, por outro lado exerceram feroz repressão operária. As lutas populares contra o despotismo e pelas liberdades individuais, também era dos grupos nacionais em armas contra os estados centralizadores. Na França, em 1848, as barricadas derrubaram a monarquia, fazendo subir ao poder um governo provisório que, após a violenta repressão da revolução de junho, decretou as eleições à presidência, sendo eleito o sobrinho de Bonaparte, Luís Napoleão. Em 1851 proclama-se Imperador, batizando 10.000 franceses, entre os quais o escritor Vítor Hugo. Com sua ascensão iniciou-se o próspero 2º Império, realizando amplas reformas urbanas na sua capital, Paris, num clima de modernização acelerada.

Desde a Medievalidade que Paris havia crescido desordenadamente; o liberalismo ensejou uma expansão industrial caótica permeada por uma permanente crise social. Ocorreu nesse tempo uma queda assombrosa da qualidade de vida e de salubridade; as ruas medievais e barrocas não comportavam mais o tráfico intensificado de pedestres e veículos. As moradias mais antigas eram sublocadas e as condições sanitárias eram terríveis. A capital da França convivia com quarteirões operários, que eram baluartes da insurreição, em suas lutas contra os poderosos. Napoleão III iniciou a construção de um portentoso conjunto de obras públicas, bafejadas pelos avanços da engenharia francesa, fundamentada nas escolas de *Ponts e Chaussées* e a *Politechnique*.

Além do avanço na medicina, foram criadas leis, como a lei sanitária de 1850, que permitiram às autoridades públicas modernizar o cenário urbano. A maioria das estratégias técnicas de circulação urbana existia desde o Antigo Regime (Landau, 1993, p. 24). O barão Georges Eugène Haussmann (1809-1891), foi nomeado prefeito da capital da França. A ele foram confiados plenos poderes visando implementar os portentosos planos de reforma urbana. Sua profícua gestão, entre 1853 e 1870, produziu um enorme volume de obras públicas que modificaram a face de Paris.

Durante a execução do plano ocorreu uma forte associação entre empresários e proprietários, dos mais diversos campos de atuação, construção civil etc. Uma forte intervenção da administração – produzindo extensas regulações – fornece uma espécie de equilíbrio moderador dos apetites. A gestão pública modernizada fez funcionar um organismo urbano flexível, permitindo ampliar a rede viária, melhorando os equipamentos urbanos. Para eliminar os embaraços que impediam a circulação metropolitana, foram demolidas enormes extensões da cidade medieval. Este foi, talvez, o aspecto mais emblemático, porque fez surgir as ruas-corredor, por intermédio de uma audaz planta que retomava o tema das avenidas barrocas. Essas grandes vias públicas eram os bulevares, uma nova malha nova, composta por ruas amplas e retilíneas (Benévolo, 1987, p. 100). Surge a conexão entre os principais centros da vida moderna e as estações ferroviárias, assegurando uma grande eficácia das linhas de tráfego (Landau, 1993, p. 30). A construção de imóveis ao longo dos bulevares foi regulamentada, relacionando as alturas dos prédios com a largura das vias. Derrubam-se 27000 casas e edificam-se 100.000 novos imóveis segundo o estilo *beaux arts* (Benevolo, 1987, p.105).

O fornecimento de água intensifica-se, graças aos esforços de Belgrand, de 112.000 para 343.000m<sup>3</sup> diários e a rede de fornecimento multiplica-se. Os pontos de iluminação igualmente alargaram-se, passando de 12.400 para 32.320 pontos de gás. Como uma eficaz medida contra revolucionária, os bulevares retilíneos isolaram as áreas insurrecionais, e em seus limites foram edificadas casernas militares. Juntamente com o aparato da ordem ocorreu uma necessária disseminação dos paradigmas funcionais de uma cidade moderna: escolas, igrejas, abatedouros públicos, hospitais, delegacias de polícia, bibliotecas. Além disso, foram instaladas redes de gás canalizado, trem metropolitano, estações ferroviárias conectadas com o interior do país, além de

um complexo sistema de transporte empregando ônibus e bondes, táxis e veículos particulares. Isso tudo, ao cabo, acelerou o percurso e o modo de vida na Paris, cidade Luz. No anonimato dessa selva urbana surgiu uma nova espécie de homem, era metropolitano, era o *flaneur*. Finalmente, esse projeto de cidade moderna, projeto exclusivo e excludente, será tornado num paradigma a ser executado com enorme sucesso nas áreas coloniais periféricas (Benévolo, 1987, p.117).

#### O Rio de Janeiro e a terceira cidade implícita: a Paris tropical e a francofilia

A cidade de Paris impressionou fortemente as elites nas periferias. Eça de Queiroz, escritor português realista, escreveu um romance parcialmente ambientado nela intitulado *A cidade e as serras*. O personagem principal, Jacinto de Thormes (aliás, calcado num esteta e *globe trotter* brasileiro) é o maior entusiasta deste progresso vertiginoso. Recitava embevecido ao *alter ego* do Eça, o personagem Zé Fernandes: “Por uma conclusão bem natural, a idéia de Civilização, para Jacinto, não se separava da cidade, de uma enorme Cidade, com todos os seus vastos órgãos funcionando” (Eça de Queiroz, s.d., p. 42). Mostrou-se impressionado com a mobilidade sem precedentes adquirida pelos homens e viabilizada por “uma fila atroante de ônibus, *tramways*, carroças, velocípedes, calhambeques, parelhas de luxo”. A cidade moderna tornou-se o palco das mudanças tecnológicas aceleradas: “Mas o telefone, o fonógrafo. Ai tens tu o fonógrafo... Só o fonógrafo Zé Fernandes, me faz verdadeiramente sentir a minha superioridade de ser pensante e me separa do bicho. Acredita, não há senão a cidade, Zé Fernandes, não há senão a cidade”.

No Brasil, desde o processo da independência, uma forte matriz francesa se inculcou nos modelos culturais da corte. O reverendo Walsh constatou, com amargura, que no Rio de 1824 havia uma escola onde se ensinava francês ao lado das lojas de modas francesas, mas nenhuma escola ensinava inglês (Walsh, 1985, vol. I p. 187). Essa matriz francófila foi, segundo Muniz Sodré, a base de onde “nutriram-se os sonhos, a consciência, os projetos criadores das elites brasileiras, pelo menos até serem trocados décadas mais tarde pela substância do imaginário norte-americano” (Muniz Sodré, 1988, p. 45). Conforme escreveu Artur de Azevedo, em seu conto *A não me toques*, mesmo na capital de uma província distante, estava presente a mística francesa. Por causa dela, uma senhorita, cujo pai era comendador, realizou um desejo:

“Uma grande viagem à Europa”. Ter “estado em Paris constituía, naquela boa terra, um título de superioridade” (Artur Azevedo, 1973, p. 155).

Podemos pensar nas contradições existentes entre a transposição de um projeto simulacral implícito e invertido mediando a gloriosa Paris e o tropical Rio de Janeiro. Definimos a inversão conforme lemos aplicada na constrição mental de Lisboa, encerrando sempre uma vontade de dependência. Definimos simulacro a partir da assertiva de Jameson que, debatendo Platão, o conceituou como: “a cópia idêntica de algo que jamais existiu” (Jameson, 2000, p. 45). Paris, como qualquer cidade, não é apenas seu equipamento e território, é também sua cultura e principalmente a “prática”, conforme definiu Certeau as estratégias cotidianas dos habitantes. Essas ambigüidades podem ser encontradas nos anseios de Agrário, do romance *Mocidade Morta*, de Gonzaga Duque. O personagem, após uma temporada em Paris, voltou a viver no Rio, mas sonhava em retornar à cidade Luz, para circular conforme dizia

No aroma de suas flores, na respiração de seus bulevares, no hábito de suas alegrias, que formam uma tentadora atmosfera de seduções, cheia de misérias... mas plena de amores. Ha Paris...!... Paris. (...) Paris que emergira nas distâncias nervosas de um sonho, desdobrara-se na sua visão, grande e ofuscante com suas cúpulas, as suas torres, seus palácios... Era bem a Paris dos seus sonhos (Gonzaga Duque, 1961, p. 26).

No contexto de consolidação da República, as elites no poder travaram um combate pelo imaginário, empregando como inúmeras armas contra as culturas populares. As manifestações destas, eram tidas como arcaicas, que atrasavam o país, o enfeavam. Envergonhavam o país diante aos olhos do mundo civilizado. Seu projeto modernizador seria também regenerador do país. As massas populares parecem vir de um país estrangeiro, e cujo idioma era matizado por acentos e inflexões arcaicas, diferentes do português moderno cultivado pelas elites. Assistindo a um desfile de sete de setembro, Lima Barreto afirmou que as tropas pareciam provir de um país e os oficiais, de outro.

Já para Joaquim Nabuco, representante bem intencionado das elites, a história européia era a *sua* história, a paisagem européia era a *sua* paisagem (Nabuco, 1974, p. 52). Paris, para ele era a cidade ideal e perfeita, esteticamente sublime: “Para um jovem brasileiro, porém, que pela primeira vez

chega a Paris, é quase impossível imaginar acontecimento que possa torná-lo indiferente ao maravilhoso que o surpreende a cada passo. Ou sensação política que não fosse amortecida, dominada logo, pela sensação de arte” (Nabuco, 1974, p. 60). Num conto de Coelho Netto intitulado ‘Decadência’, há um trágico e tresloucado personagem, o “Pinheiro, por antonomásia, o *Chicote*” que, possuidor de fortuna, viajou longos anos pela Europa. Ao voltar ao Brasil, perdeu tudo em maus negócios. Restou-lhe, na miséria, a memória das viagens e nelas vivia. “Meu amigo – disse o Chicote – no Brasil ninguém vive, isto é uma ocáa, compreende? Uma ocáa insípida. Para quem nunca atravessou os mares, o Rio tem encantos, mas para quem viveu lá fora, isto não passa de uma aldeia sórdida e triste, com um lindo céu e algumas árvores”. De certa forma, como auto-imagem, esta era a cultura das elites. O Chicote “inspirado, entrou a descrever a vida alegre, agitada em Paris – os bulevares iluminados, o Bois à tarde, os lagos no inverno recortados pelos patinadores que deslizam graciosamente sobre a neve rutilante, os teatros”. O pobre infeliz às vezes, para recordar-se das viagens marítimas, “vai a correr, para a estação das barcas, para sentir-se no mar” (Coelho Neto, 1919, p. 75).

#### A República contra o Rio de Janeiro

A Paris implícita começou a ser efetivada após as turbulências resultantes da consolidação da República, proclamada em 1889. A economia mais dinâmica do Brasil neste momento estava baseada no café paulista. Os estados cafeeiros, São Paulo e Minas, as bases da República Velha, passaram a dominar a política e o Congresso, obtendo assim garantias efetivas de defesa do setor cafeeiro. A Constituição de 1891 introduziu a forma federativa de governo, realçando, na descentralização administrativa, a ascensão das oligarquias locais. À estabilização do poder, seguiu-se a pacificação repressora implantada por Afonso Pena (1907-1908). A restrição à participação política das massas urbanas, foi uma estratégia destinada a garantir os privilégios de exclusividade da elite cafeeira e de seu sistema monocultor latifundiário. A modernidade chegava aceleradamente, pois os capitais estrangeiros, numa fase imperialista, aportaram, como foi o caso da Light, cujos interesses cresceram no Brasil, em especial em São Paulo e no Rio, edificando usinas e explorando linhas de bondes.



A cidade do Rio de Janeiro foi, portanto, nesse contexto, submetida a um processo de transformação acelerada para tornar-se a capital da República. E o compromisso desta era com a modernidade a ponto de adotar como dístico de sua bandeira, um lema positivista e conflitivo por natureza: *ordem e progresso*. O nervo da política deixou de ser centralizador e baseado no Rio de Janeiro como ocorreu no Segundo Reinado. Alegava a cúpula oligárquica cafeeira que não se podia governar o país a partir desta metrópole turbulenta. O poder foi transferido para as oligarquias estaduais, pois é somente de “lá, dos Estados – escreveu Campos Salles – que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União”. Para retirar da cidade do Rio de Janeiro a sua representação política, a Câmara municipal foi dissolvida. A gestão urbana foi confiada a profissionais liberais como médicos, engenheiros e advogados. A estrutura étnica da cidade modificara-se muito desde a Abolição da escravatura em 1888. Migrou do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro um enorme número de afro-descendentes que engrossaram os contingentes urbanos pobres, excluídos da cidadania (Carvalho, 1991, p. 16). Ocorreu também uma enorme “facilitação” da vinda de imigrantes europeus que empurrou os afro-descendentes para o subemprego e a marginalidade, para o ócio forçado (Muniz Sodré, 1988, p. 41).

O governo federal imbuído de ira santa e reformadora, dividiu o processo reformador em dois vetores. O primeiro visava sanear a baixada fluminense, erradicar a mortal febre amarela e implementar as vacinações preventivas. O segundo vetor modernizou a cidade com grandes obras públicas e novos equipamentos, reproduzindo de forma periférica as obras do *Plan* de Paris, de Haussmann. O plano de remodelação urbana foi confiado ao engenheiro Pereira Passos que, quando jovem testemunhou as reformas de Haussmann. Sua formação sólida e atuação política competente o transformaram no paladino da reforma.

O presidente da República, o Sr. Rodrigues Alves garantiu ao projeto urbanístico completo apoio jurídico, político, militar e financeiro. A grande meta era demolir o centro antigo, abrindo um bulevar de 1.800 metros de extensão e 33 de largura. O engenheiro Paulo de Frontin foi o responsável pela coordenação dos trabalhos, justamente quando era concluída em Buenos Aires a Avenida de Mayo com 25 metros de largura (Rocha, 1995, p. 63). Através de uma legislação draconiana, na qual não faltavam tergiversações e

acordos, foram demolidos cerca de 500 prédios. Foram realizadas obras complementares como a Avenida Beira-Mar, cujo trajeto início-se na Cinelândia atingindo o Mourisco, em Botafogo. Da Lapa, abriu-se a Avenida Mem de Sá e Salvador de Sá, além da retificação da esplanada do morro do Senado, e a Avenida Passos. Pavimentaram-se ruas, implantou-se abundante iluminação pública, além das *places Carrefour* que permitiam a evolução e a conexão dos eixos de trânsito. A Avenida Central foi coroada por um monumental concurso de fachadas, para o qual concorreram cerca de 107 candidatos e 134 projetos, a maioria deles baseados no estilo *beaux arts*, consagrando o ecletismo e o estilo pomposo e triunfal, um padrão de espaço e uso efetivamente europeus. No conto intitulado *Dias de Fantasia*, João do Rio apresenta um príncipe egípcio em viagem para Buenos Aires, que desiste de completá-la na altura nas costas do Brasil. Desembarcando no Rio de Janeiro, circulou por “ruas que me pareciam novas em folha, colocadas entre velhas vielas. (...) Não demorou muito para que meus olhos dessem com um *boulevard* iluminado como para uma festa. Era a Avenida Central” (João do Rio, 1912, p. 51).

A cidade implícita contida neste projeto civilizatório indicava a preeminência dos engenheiros do XIX. Seu triunfo eliminava formas preciosas de sociabilidade no seio do povo. No seu receituário tratava-se as massas populares como se trataria a ferro e fogo a população de um país conquistado (Rocha, 1995, p. 102). Por outro lado, esse mesmo povo elaboraria medidas e ressimbolizaria os novos elementos produzindo assim sua inserção no processo. Ao lado da modernização viária, a dos transportes – especialmente os bondes elétricos – permitiu aos habitantes conectar-se velozmente com toda a cidade. Para Lima Barreto, o bonde elétrico lhe permitia transitar pelos novos cenários urbanos e industriais, por temporalidades distintas. O bonde, “esse veículo que alastra a cidade; mas serve aos caprichos de cada um, de forma a fazer o rico morar num bairro pobre e o pobre morar num bairro rico” (Lima Barreto, 1949, p. 59). “Embarco em Cascadura – escreveu – É de manhã. O bonde se enche de moças de todas as cores”. E a paisagem desliza, alternando-se “e eu vejo delinear-se uma nova e irregular cidade, por aqueles capinzais que já foram canaviais”. Ao divisar antigas casas de chácara, pensa no passado, arrepiava-se, pois é um destino já cumprido. “No passado. Mas... o passado é um veneno. Fujo dele, de pensar nele e o bonde entra com

toda a força na embocadura do Mangue. A Usina do Gás fica ali e olho para aquelas chaminés, aqueles guindastes, aquele amontoado de carvão e pedra”. (Lima Barreto, 1953, p. 78-79). Para Artur de Azevedo, o ar da metrópole, como o dístico medieval, libertava, mas através do transporte de massa que conduzia as pessoas dos lugares onde elas eram conhecidas para outros, onde eram forasteiros. Uma das personagens da peça *A capital federal*, ao defender-se de uma acusação de adultério, rebateu prontamente: “Não quero ser má língua, mas há dias encontrei-a num bonde da Vila Isabel muito agarradinha ao Lima Gama” (Azevedo, 1973, p.102).

As obras modernizadoras complemento físico de um projeto civilizatório, resultaram numa estratégia produzida pela população: a favela, não prevista nos planos esclarecidos, despontou com toda a força no relato de João do Rio. Este de uma feita encontrou-se no Largo de São Francisco com um grupo de favelados. Convidado por eles subiu pelas encostas de um morro das vizinhanças onde habitavam. Enquanto seus novos amigos conheciam a cidade onde se encontraram, ele desconhecia o morro de onde provinham. Ao chegar no alto, seus companheiros despertaram o dono de um botequim. “E aí, parado enquanto o pessoal tomava parati como quem bebe água, eu percebi, então, que estava numa cidade dentro da grande cidade” (Rio, 1987, p. 81). Por outro lado, enquanto as elites cosmopolitas conheciam Veneza e Paris, ignorando a sua própria, o povo só tinha uma cidade implícita e que era explícita: o próprio Rio de Janeiro onde residia. Ou, como escreveu João do Rio:

O Rio pode conhecer muita bem a vida do burguês de Londres, as peças de Paris, a geografia da Mandchuria, e o patriotismo japonês. A apostar, porém, não conhece bem nem sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas as profissões que constituem o progresso, a dor e a miséria da vasta Babel que se transforma (Rio, 1987, p. 27).

## Conclusão

Investigamos sumariamente as várias formas implícitas de cidade ancestral contida no Rio de Janeiro de nosso recorte, a questão simulacral embutida nas concepções de cidades exógenas produzidas por parte daqueles que

comandaram o processo, como as elites e o poder. Esses modelos exógenos demonstraram a característica comum civilizatória, negador da cultura e do contributo de uma parcela da população. À vontade de assemelhar com os modelos europeus, representava uma forma de cimentar vínculos com a metrópole e suas matrizes hegemônicas, e negadoras dos outros. Ao mesmo tempo em que era produzido o modelo parisiense surgia o real: a favela. O povo foi expulso, humilhado, pisoteado, mas não vencido. Ele era parte do sistema, apesar deste formalmente recusar seu contributo.

Um intelectual como Lima Barreto, que sofreu fortemente o mecanismo de exclusão civilizatório, forneceu em seu romance, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, a visão positiva de um Rio de Janeiro. Apostando na inclusão social dentro do sistema, privilegiando adições de todos os atores sociais. Esta é a imagem de uma verdadeira capital da nação; mas de uma nação, que conforme ensinou Renan deve ser plebiscitária diariamente. Para Lima Barreto, se houve algumas cidades implícitas em seus esquemas mentais essa foi a própria cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Exatamente porque, de implícita, ela se tornou explícita representando a posse simbólica do teatro da memória. Seu território é onde se realizou a construção da identidade nacional dos excluídos. Em sua generosidade celebram diariamente o plebiscito da nação. Talvez por isso é que Lima Barreto tenha escrito que dentro desta cidade:

Já me apoio nas coisas que me cercam, familiarmente, e a paisagem que me rodeia, não me é mais inédita: conta-me à história comum da cidade e a longa elegia das dores que ela presenciou nos segmentos de vida que precederam e deram origem à minha. (...) E assim fui sentindo com orgulho que nas condições de meu nascimento e o movimento da minha vida se harmonizavam – umas supunham o outro que se continha nelas; e foi também com orgulho que verifiquei nada ter perdido das aquisições de meus avós, desde que se desprenderam de Portugal e da África (Lima Barreto, 1949, p. 34).

## Bibliografia:

- ÁLVAREZ, Maurício. *Arquitetura monumental e vontade de potência*. Rio: Ed. Cadernos de Poesia, 1991.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp: 1988.
- AUGUSTO-FRANCA, José. *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Biblioteca breve, 1989.
- AZEVEDO, Artur. *Contos*. São Paulo, Ed. Três, 1973.
- BENÉVOLO, Lionardo. *História das cidades*, São Paulo: Perspectiva, 1983.
- \_\_\_\_\_. *História da Cidade*, São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. São Paulo: Dois Mundos, 1943.
- BURKE, Peter. *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- CAMPOS, Maristela Chicharo. *Riscando o solo. O primeiro plano de edificação para a Vila Real da Praia Grande*. Niterói: Niterói Livros, 1998.
- CARITA, Helder e Ruy. Modelos, instituições e personagens. A urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI. *In Oceanos, A construção do Brasil urbano*. Lisboa: num. 41, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- COELHO NETTO, A. *A bico de pena. Fantasia, contos e perfis. 1902-1903*. 2ª. ed. Porto: Livraria Chardron, 1919.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio, Zahar: 1994.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GIEDION, Sigfried. *Espacio, tiempo y arquitectura*. Madrid: Hoepli, 1968.
- GONZAGA DUQUE, M. *Mocidade morta*. São Paulo: Ed. Três, 1973.
- HARDT, Michael, NEGRI, Antônio. *Império*. 2ª. ed. Rio: Record, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade, 1963.
- JAMESON, Frederic. *Pós Modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- KARSH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

- LAUDAU, Bernard. *La fabrication des rues de Paris au XIX siècle. Un territoire d'innovation technique et politique. In Les annales de la Recherche urbaine*. Num. 57 – 58. Dezembro-Março de 1993, Paris. Secretarie Permanent du Plan Urbain.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Marginália*. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Mérito, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Mérito. 1949.
- MUCHEMBLED, Robert. *La société policiée. Politique et politesse en France du XVII au XX siècle*. Paris: Seuil, 18.
- NABUCCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Ed. Três 1974.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *La signification dans la architecture occidentale*. Bruxelas: Mardaga, 1977.
- NOVAIS, Fernando Antônio, (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. *In Oceanos, A construção do Brasil urbano*. Lisboa: num. 41 1998.
- PIZARRO, Monsenhor José de Sousa e Araújo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as serras*. Lisboa; Ulisséia, 1992.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, s.d.
- RIO, João do. *Alma encantadora das ruas*. Rio: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Coleção biblioteca carioca, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Os dias passam*. Porto: Livraria Chaudron, 1912.
- ROCHA, Oswaldo Porto, *A era das demolições*. 2ª ed. Rio: Prefeitura da cidade, Coleção biblioteca carioca, 1995.
- SÁ, Mem de. *Instrumentos de serviços*. ABN, vol. XXVII. Rio: 1905.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano*. Livro I, AIHGB.
- SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de arquitetura no Rio de Janeiro*. Rio: IAB, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Nacional, 1978.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 188.
- STIERLIN, Henri. *O império romano*. Milão: Taschen, 1999.
- TEIXEIRA COELHO. *Dicionário de política cultural*. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 1999.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões*, vol. III Lisboa: Lello, 1945.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, s.d.
- WALSH, R. *Notícias do Brasil*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- WUNDAHAM, Manfred e PAPE, Thomas. *Andrea Palladio. 1508-1580*. Colônia: Taschen, 1994.